



CÂMARA em REVISTA

Ano III - n° 28
agosto de 2013

INFORMATIVO MENSAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE NITERÓI

Plano de Metas prevê R\$ 1 bi para a Saúde

Já tramita pelas comissões permanentes da Câmara o Plano Plurianual (PPA) proposto pela Prefeitura para aplicar R\$ 1 bilhão na Saúde até 2017.. **Página 4**

Segurança e uso de drogas na pauta

O plenário da Câmara aprovou projeto de lei instituindo a Campanha de Combate ao Uso de Crack e a realização de nova audiência pública sobre segurança na cidade. **Pág. 5**

TRE agora recadastra aos sábados

Para facilitar o recadastramento biométrico dos eleitores, o TRE estendeu o serviço aos sábados, das 9h às 14h, exclusivamente no posto do Ginásio Caio Martins. **Página 4**

Operação Condor no Espaço Cinema

O Projeto Espaço Cinema volta a funcionar na Câmara de Vereadores dia 25, com a apresentação do filme "Condor", de Roberto Mader. Ingresso limitado a 49 senhas. **Pág. 7**



Especialistas demonstram para os vereadores como funcionam as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) durante dois dias de palestras

OUC explicada por especialistas

Durante dois dias, o conjunto dos vereadores recebeu informações técnicas e explicações de arquitetos e urbanistas sobre como o Estatuto das Cidades prevê o funcionamento de Operações Urbanas Consorciadas (OUCs). Em setembro, estão programadas três audiências públicas (dias 12, 19 e 26, sempre às 19h), para a Câ-

mara de Vereadores debater com a sociedade a proposta da Prefeitura de Niterói para a instalação de uma OUC visando obras de revitalização e a manutenção do Centro e bairros vizinhos, bem como a criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Niterói (NitUrb), a qual deverá fiscalizar a gestão da operação. **Páginas 2 e 3**

CPI dos ônibus ouve depoimentos sobre as tarifas

A CPI convocada pela Câmara para discutir o transporte público em Niterói já começou a tomar os depoimentos de gestores públicos e empresários de ônibus para apurar como são produzidas as planilhas de cálculo em que se baseia a municipalidade para permitir reajustes no preço das passagens. **Página 15**



Cálculo das tarifas de ônibus está sendo apurado pela CPI dos Transportes

Câmara Municipal de Niterói

Mesa Diretora

Biênio 2013/2014

Presidente: Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

1º Vice-presidente: Milton Carlos Lopes (Cal)

2º Vice-presidente: Priscila Nocetti

1º Secretário: Luiz Carlos Gallo

2º Secretário: Emanuel Rocha

Comissões Permanentes:

Administração, Estatística e Servidores Públicos

Presidente: José Vicente Filho

Vice-presidente: Daniel Marques (licenciado) e Jayme Suzuki (em exercício)

Membros: Tânia Rodrigues

Constituição, Justiça e Redação Final

Presidente: Rodrigo Farah

Vice-presidente: Renato Cariello

Membros: Bruno Lessa, Priscila Nocetti e Roberto Jales (Beto da Pipa)

Cultura, Comunicação e Patrimônio Histórico

Presidente: Leonardo Giordano

Vice-presidente: Waldeck Carneiro (licenciado) e Vitor Júnior (em exercício)

Membros: Roberto Jales (Beto Da Pipa)

Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte

Presidente: Daniel Marques (licenciado) e Jayme Suzuki (em exercício)

Vice-presidente: Emanuel Rocha

Membros: José Vicente Filho

Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval

Presidente: Carlos Macedo (licenciado)

Pastor Ronaldo (em exercício)

Vice-presidente: Milton Carlos Lopes (Cal)

Membros: Bruno Lessa

Direitos do Idoso, da Mulher e da Pessoa com Deficiência

Presidente: Tânia Rodrigues

Vice-presidente: Gezielvaldo de Freitas (Renatinho)

Membros: Leonardo Giordano

Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente

Presidente: Gezielvaldo de Freitas (Renatinho)

Vice-presidente: Priscila Nocetti

Membros: Henrique Vieira, Luiz Carlos Gallo e Waldeck Carneiro (licenciado) / Vitor Júnior (em exercício)

Educação, Ciência, Tecnologia e Formação Profissional

Presidente: Paulo Henrique

Vice-presidente: Waldeck Carneiro (licenciado) / Vitor Júnior (em exercício)

Membros: Bruno Lessa, Carlos Macedo (licenciado) / Pastor Ronaldo (em exercício) e Henrique Vieira

Esporte, Lazer e Turismo

Presidente: Andriago de Carvalho

Vice-presidente: Priscila Nocetti

Membros: Luiz Carlos Gallo

Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas

Presidente: Bruno Lessa

Vice-presidente: Paulo Eduardo Gomes

Membros: Andriago de Carvalho e Paulo Henrique e Renato Cariello

Fiscalização Financeira, Controle e Orçamento

Presidente: Waldeck Carneiro (licenciado) / Vitor Júnior (em exercício)

Vice-presidente: Verônica Lima

Membros: Bruno Lessa, Milton Carlos Lopes (Cal) e Paulo Eduardo Gomes

Habitação e Regularização Fundiária

Presidente: Verônica Lima

Vice-presidente: Roberto Jales (Beto da Pipa)

Membros: Andriago de Carvalho, Paulo Eduardo Gomes e Paulo Henrique

Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Presidente: Henrique Vieira

Vice-presidente: Andriago de Carvalho

Membros: Carlos Macedo (licenciado), Pastor Ronaldo (em exercício), Gezielvaldo de Freitas (Renatinho) e Leonardo Giordano

Saúde e Bem-Estar Social

Presidente: Paulo Eduardo Gomes

Vice-presidente: José Vicente Filho

Membros: Rodrigo Farah, Tânia Rodrigues, Waldeck Carneiro (licenciado) / Vitor Júnior (em exercício)

Segurança Pública e Controle Urbano

Presidente: Renato Cariello

Vice-presidente: Luiz Carlos Gallo

Membros: Daniel Marques (licenciado), Jayme Suzuki (em exercício)

Urbanismo, Obras, Serviços Públicos, Transportes e Trânsito

Presidente: Roberto Jales (Beto Da Pipa)

Vice-presidente: Carlos Macedo (licenciado) / Pastor Ronaldo (em exercício)

Membros: Renato Cariello, Rodrigo Farah e Verônica Lima

Arquiteto como dev

Compartilhar informações, tirar dúvidas dos vereadores e trazer propostas novas que possam ser ou não agregadas ao projeto de revitalização do Centro foi o resultado de um seminário sobre Operações Urbanas Consorciadas realizado na Câmara. Durante dois dias, os 21 vereadores ouviram arquitetos, urbanistas, professores universitários e estudiosos do tema. Wagner Morgan, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Nacional de Brasília, falando sobre Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) e preservação do patrimônio histórico, afirmou que “o Centro não está degradado, mas, sim, mal cuidado. O Centro é vivo, precisa ser requalificado e não revitalizado”. Defensor da preservação da história arquitetônica da cidade, Wagner Morgan disse que o Conselho Municipal de Políticas Urbanas (Compur) “não pôde discutir antecipadamente o projeto da Prefeitura”.

O Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepac) também foi tema do seminário. Flávia Elaine Martins, arquiteta e professora da UFF, falando sobre plano semelhante implantado em São Paulo, falou dos impactos negativos em áreas da capital como Faria Lima, Leopoldina e Centro. “Analisando os problemas ocorridos em outras cidades podemos corrigir erros. Os grupos sociais não querem apenas ser informados sobre o que será feito, mas participar do processo de elaboração”, lembrou Flávia. A arquiteta mostrou que na Vila Leopoldina, outro ponto da capital paulista, grandes condomínios com estrutura de verdadeiras cidades foram criados. “É preciso muito cuidado. Esses condomínios são voltados para dentro, fazendo com que o entorno fique vazio, deserto e sem vida. Quem se arrisca a sair torna-se vítima da violência”, disse Flávia.

Em relação às OUCs introduzidas na Faria Lima, falando aos vereadores, a professora lembrou o caso do comércio pequeno do Largo do Batata. “Os pequenos comerciantes deixaram o lugar por conta do alto custo e o comércio de luxo não se fixou. Por conta disso, é que novamente defendemos a ideia de que os grupos sociais não querem apenas ser in-

Avenida Emani do Amaral Peixoto nº 625 Centro, Niterói, RJ - CEP: 24020-073

Tel: (21) 3716-8600 - www.camaraniteroi.rj.gov.br

Informativo mensal da Câmara de Vereadores de Niterói

Assessoria de Comunicação Social (jornalista responsável: Vinícius Martins)

Criação: Identgraf Design e Impressos Ltda

Editor: Gilberto Fontes - Textos: Eduardo Garnier - Fotos: Sérgio Gomes e Arquivo da Câmara

Câmara em revista® é uma publicação que visa aproximar a população das atividades do Legislativo niteroiense. Com circulação mensal, as edições cobrem temas como audiências públicas, principais projetos de lei em discussão e histórias das comissões, levando transparência e mais informação para os cidadãos.

Arquitetos e urbanistas falam como funciona uma OUC



Especialistas falam aos vereadores como se aplicam as Operações Urbanas Consorciadas

Calendário de audiências públicas relativas a Operação Urbana Consorciada (OUC) e a criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Niterói (Nit-Urb) no contexto da revitalização do Centro que serão realizadas na Câmara.

Dia 12 de setembro – 19 horas – Operações Urbanas

Dia 19 de setembro – 19 horas – Criação da Nit-Urb

Dia 26 de setembro – 19 horas – Operações Urbanas

formados sobre o que será feito, mas participar do processo de elaboração”, enfatizou.

Oriunda das Operações Interligadas (OIs) a OUC, na avaliação dos professores, não pode ser generalizada como ocorre em várias regiões do país e os recursos para as habitações de interesse popular devem ser bem definidos. “A sociedade precisa pautar o projeto. Até mesmo em São Paulo, onde a coisa fugiu bastante ao controle, as diretrizes do Plano Diretor servem de norte, ao contrário do que está acontecendo em Niterói”, avaliou Flávia.

Também participaram do seminário o professor do Instituto de Economia da UFRJ, Jorge Martins, que falou sobre os Cepacs, o Estudo de Impacto de Vizinhança e o potencial construtivo para a OUC; Eloisa Freire, engenheira da UFF, com o tema OUC e saneamento ambiental; e Paulo Cheade, representando a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), que debateu os parâmetros da OUC.

Por sua vez Regina Bienenstein, coordenadora

do Núcleo de Estudos, Projetos Habitacionais e Urbanos da UFF, fez o que chamou de “leitura crítica da proposta de OUC da área central de Niterói”. Sônia Rabello, jurista e professora de Direito Administrativo e Urbanístico da UERJ e do Lincoln Institute Landpolicy (EUA), e ex-vereadora do Rio, falou sobre a aplicação do Estatuto das Cidades na OUC; e Daniel Mendes de Sousa, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) de Niterói, encerrou o seminário.

Prefeito diz que novo Relatório de Impacto de Vizinhança atende sugestões

Em meio à polêmica e ao debate apaixonado em que se transformou o projeto de revitalização do Centro, a Prefeitura de Niterói enviou à Câmara, no fim de agosto, nova mensagem-executiva sobre a matéria, retirando a anterior. O texto, no entanto, ressalta que tem por objetivo “apenas adequar um anexo do projeto de lei anteriormente enviado à versão final do novo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), oriundo das complementações realizadas no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) apresentado em maio e

publicado em agosto no DO com ajustes.

Diz, ainda, o prefeito que as “alterações e complementações no EIV ora aprovado decorreram da análise e absorção, pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, de diversas questões apontadas pelos setores e representantes da sociedade civil no âmbito das audiências públicas e reuniões do Conselho Municipal de Políticas Urbanas (Compur), em especial pelo Ministério Público Estadual e pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). E conclui informando que o novo projeto tem conteúdo idêntico ao anterior diferindo apenas quanto ao RIV.

Em suas considerações, o Executivo lembra que Niterói tem 487.562 habitantes, segundo Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município integra a Região Metropolitana do Estado e sua área central encontra-se “degradada, subutilizada e desconectada das demais áreas da cidade, necessitando se revitalizar e sofrer melhorias e intervenções, a fim de se possibilitar uma melhoria significativa da ambiência urbana”.



Saúde com R\$ 1 bi no Plano Plurianual

O Plano Plurianual (PPA) para os anos de 2014 a 2017 já tramita pelas comissões permanentes e vai passar por três audiências públicas para debate entre vereadores e a sociedade. O PPA encaminhado pelo prefeito Rodrigo Neves, através da mensagem-executiva 22/2013, estabelece para o período os programas e metas da Administração Pública Municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes; e para as relativas aos programas de duração continuada.

O Executivo ressalta que a proposta “é um poderoso instrumento de planejamento, cujas diretrizes estratégicas são a moderni-

Metas em R\$ até 2017

1,05 bilhão
em Atenção à Saúde

587,9 milhões
em projetos de
Mobilidade Urbana

442,7 milhões
em Urbanismo

375 milhões
em Educação Fundamental

207 milhões
em expansão da rede de
ensino

dade, a sustentabilidade, inclusão social e a melhoria da gestão pública”.

Ainda, conforme o texto enviado à Câmara,

nos primeiros dias de Governo uma nova cultura de planejamento foi implantada.

“Elaboramos o Plano de 100 dias, cujas metas foram cumpridas em sua totalidade. Estamos em plena execução do Plano Niterói 2013, que estabelece cinco metas por órgão da administração pública direta e indireta, que estão sendo diariamente monitoradas.

O plano anual já tem mais de 50% de suas metas cumpridas, em uma demonstração de que estabelecemos prioridades e guiamos toda a estrutura de governo de maneira sinérgica e integrada”, assegura o prefeito.

A mensagem concluiu que “a bem sucedida experiência de planejamento dos primeiros dias do novo governo e na implementação do plano para 2013 estão servindo de subsídio para a elaboração de um ousado plano estratégico para o município nos próximos 20 anos. Estamos demonstrando um compromisso do Governo Municipal com as próximas gerações e iniciando uma nova gestão, voltada para resultados de longo prazo”.

Cadastramento agora aos sábados

Os eleitores de Niterói podem fazer o recadastramento biométrico também aos sábados. O posto de atendimento do Ginásio Caio Martins (Rua Presidente Backer, Santa Rosa) funcionará também das 9h às 14h de sábado, até 31 de outubro. Quem não fizer o procedimento terá o título de eleitor cancelado. Quase 170 mil eleitores da cidade ainda não procuraram os postos da Justiça Eleitoral.

O eleitor, no entanto, deve ficar atento, pois não haverá atendimento no dia 12 de outubro, por conta do feriado nacional. O atendimento aos sábados será realizado somente no posto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Caio Martins, com atendimento por ordem de chegada quanto pelo agendamento de horário.

Para fazer o recadastramento, que é obrigatório para todos os eleitores de Niterói, é preciso levar documento de identidade, comprovante de residência atual, título de eleitor e CPF, se possuir. No caso de nova inscrição, os eleitores do sexo masculino, maiores de 18 anos, deverão levar também o comprovante de quitação militar. Du-



Eleitores de Niterói têm que fazer cadastramento biométrico até 31 de outubro

rante o atendimento, o eleitor será fotografado e terá suas impressões digitais coletadas.

Quem tiver o título cancelado ficará impedido de votar nas próximas eleições, não poderá tirar passaporte nem CPF, prestar concurso público, obter empréstimos em bancos oficiais, receber remuneração, se for funcionário público, e renovar matrícula em universidades. Para mais informações, os eleitores podem ligar para a Central de Atendimento da Biometria: (21) 2524-4777 ou acessar www.tre-rj.jus.br/biometria.

Viadutos podem ter quadras esportivas

A parte de baixo dos viadutos da cidade poderá ser usada como espaços culturais e poliesportivos. A proposta é do vereador Leonardo Giordano, feita através do projeto de lei 184/2013. O viaduto de acesso à Ponte Rio-Niterói, no Ponto Cem Réis de Santana poderá ser o primeiro local utilizado. Segundo o vereador, o objetivo é garantir esses espaços na Zona Norte.

— No município do Rio de Janeiro, por exemplo, o Espaço Cultural e Esportivo do Viaduto de Madureira, administrado pela Central Única das Favelas (Cufa), se tornou referência para os moradores da Zona Norte carioca, atraindo visitantes de todas as partes, com atividades gratuitas. A prática de esportes, oficinas de grafite, dança, teatro,

artesanato, capoeira, DJ's, entre outras, são algumas das atividades ali praticadas — conta Giordano.

O vereador lembra que Niterói é berço de talentos em diversas áreas e tem uma juventude criativa. “É um dever do poder público incentivar a prática de modalidades esportivas ou culturais. A cidade deve dispor de aparelhos que estimulem o movimento de suas artes”, diz Leonardo.

Debaixo do viaduto do Ponto Cem Réis funciona hoje um estacionamento de caminhões e carros de passeio. “Queremos ocupar espaços degradados pela ação do tempo e do desuso sob viadutos e revolucionar áreas que hoje se encontram mortas,

mantendo-se as condições ambientais anteriores”, assegura Giordano.

As intervenções sob viadutos serão precedidas de estudos técnicos multidisciplinares, com a avaliação de aspectos que abrangem potencialidades de utilização das áreas; condições de conforto e segurança a usuários e a transeuntes; impactos gerados à vizinhança, ao trânsito e condições de ocupação e usos mais adequados daqueles locais.

— A ideia é promover o bem-estar social, atacando, preventivamente, problemas causadores de insegurança pública. Promover o uso de áreas sob viadutos por atividades de esporte e cultura é inclusão e perspectiva para a população — conclui Giordano.

Divulgação / Gabinete Leonardo Giordano



Sob o Viaduto Negrão de Lima, em Madureira, equipes disputam o campeonato de Basquete de Rua

Violência volta a ser tema de audiência

A questão da violência continuou em pauta na Câmara. No fim de agosto, o plenário aprovou a realização de audiência pública sobre o tema a pedido de moradores de Pendotiba. Também aprovou projeto de lei dos vereadores Renato Cariello e Bruno Lessa instituindo a Campanha de Combate ao Uso do Crack nas escolas públicas de educação infantil e de ensino fundamental de Niterói.

O projeto 37/2013 prevê que para a implementação da campanha, cada unidade escolar criará uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação, conscientização, prevenção ao uso da chamada droga da morte.

Entre os objetivos da campanha está capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; incluir, no Regimento Escolar, regras normativas de prevenção; e esclarecer sobre os aspectos legais e da saúde que envolvam seu uso.

Aguardando a sanção do prefeito Rodrigo Neves, a nova lei deverá promover a integração da comunidade, organizações da sociedade e meios de comunicação nas ações multidisciplinares de combate ao crack; coibir atos de agressão, discriminação, humilhação, constrangimento ou violência contra o usuário.

Audiência pública

Sobre a violência na cidade e, em especial, na Região de Pendotiba, o autor do requerimento 179/2013 que pede o encontro, vereador Leonardo Giordano, diz que recebeu a visita de moradores do bairro. “De acordo com os relatos, o policiamento é muito abaixo do esperado, o que ocasiona a falta de segurança dos moradores”, disse Giordano.

Apesar de a audiência focar em uma região específica, o encontro deverá abordar a cidade toda. O efetivo de PMs reduzido há anos, a grande rotatividade na troca de comando do 12º Batalhão e a necessidade de uma unidade exclusiva para o município de Maricá são temas recorrentes manifestados pelo conjunto de vereadores.



Frente contra a intolerância religiosa

Para acompanhar as políticas públicas direcionadas às questões do enfrentamento à intolerância religiosa; monitorar a execução de planos e projetos relacionados à temática da tolerância; e realizar estudo sobre as causas da violência relacionadas ao preconceito, está sendo criada no Legislativo niteroiense a Frente Parlamentar Contra a Intolerância Religiosa, que tem como finalidade criar um espaço de debate para as questões referentes a coexistência pacífica entre as religiões.

— Em diferentes partes do mundo assiste-se ao crescimento da intolerância religiosa, fenômeno que motivou a Resolução 2003/54 da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. O seu parágrafo 5º sublinha que as restrições à liberdade de professar religião ou crença só são permitidas se previstas em lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde, a moral pública e os direitos e liberdades fundamentais”, diz o vereador Leonardo Giordano, autor da proposta de criação da Frente.

A colocação ou não de símbolos religiosos em órgãos e repartições municipais foi tema, também, de audiência pública realizada pela Câmara. Proposta pelo profes-



De mãos dadas pela liberdade religiosa Ivanir dos Santos, Henrique Vieira, Norma Serra e Ana Paula Miranda

sor, teólogo protestante e vereador Henrique Vieira, discutiui a atuação de um Estado laico na sociedade brasileira. À mesa principal sentaram a católica integrante da Rede Estadual de Fé e Política, Norma Serra; a antropóloga da Universidade Federal Fluminense, Ana Paula Miranda; e o sacerdote de ifã e membro da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, Ivanir dos Santos, representando as religiões de matriz afro.

Lembrando a leitura do texto bíblico, feita diariamente antes do início das sessões, conforme determina o Regimento Interno da Câmara, Norma Serra disse que a interpretação pode ter várias versões. “O texto bíblico também pode ser usado para reprimir, para tolher conforme sua condução. O ecumenismo e o diálogo entre as religiões é sempre o melhor caminho. Os símbolos são importantes, uso um crucifixo para lembrar que sigo a um Deus que se tornou homem, foi preso e crucificado”, disse ela. Embora laico, o Estado Brasileiro teve sua constituição promulgada sob a proteção de Deus e vedando a municípios, estados e União a distinção entre brasileiros por conta de sua convicção religiosa. Criado na antiga Funa-

bem, iniciado no marxismo e hoje adepto do candomblé, Ivanir dos Santos discorreu sobre a perseguição histórica sofrida pelas religiões de origem africana. “Durante a escravidão foram perseguidos pelos católicos, na República pela polícia seguindo *ordens médicas*. Os médicos não aceitavam a questão da cura pela religião. O Estado nunca foi laico, sempre perseguidor. Já nos anos 80 o cerco se deu através das igrejas pentecostais que formaram uma aliança política com o Estado”, disse Ivanir.

Para a professora Ana Paula a intolerância fica ao sabor do momento político. “As cidades brasileiras surgiram ao redor das igrejas, e isso é muito forte. O Estado não pode privilegiar uma religião em função de outra. O ensino religioso obrigatório tem sido motivo de acirramento e intolerância religiosa”, lembrou a professora. Para os participantes da audiência, mesmo que os símbolos religiosos sejam retirados dos espaços públicos, vai demorar muito para que haja uma mudança de comportamento. “O fundamentalismo religioso é uma ameaça iminente”, acredita Ivanir dos Santos.

Jornalistas em seminário

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro vai realizar o IV Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Imprensa (EEJAI), no dia 28 de setembro, das 9h às 21h, no plenário da Câmara de Niterói. O tema principal do en-

contro será “Assessoria de Imprensa nos grandes eventos: Copa do Mundo e Olimpíada e os impactos no interior do Estado do Rio de Janeiro”.

O EEJAI terá a participação de jornalistas, assessores de imprensa, professores de comunicação, estudantes e observadores. As mesas temáticas ainda serão definidas

assim como os palestrantes. Entre os assuntos em pauta, o impacto dos grandes eventos no interior do Estado, a sustentabilidade, o meio ambiente, o ensino em Assessoria de Imprensa, a precarização da profissão, as novas mídias sociais e a pré-conferência de comunicação. Apoiam o Encontro, a Prefeitura de Niterói, a Câmara de Vereadores e a Petrobras.

Ocupação impediu audiências e sessões

Agosto marcou um momento atípico na história da Câmara de Niterói. Nesse mês, em plena comemoração dos 194 anos de instalação do Legislativo na cidade, o plenário e outras dependências internas e externas do prédio foram ocupados por manifestantes. Em sua maioria eram jovens estudantes, mas também faziam parte da ocupação filiados a partidos políticos e uns poucos ligados a movimentos sociais.

As sessões legislativas e audiências públicas que deixaram de ser realizadas estão sendo reagendadas pela Mesa Diretora. A ocupação da Câmara durou 16 dias, sendo iniciada no dia 8 de agosto, logo após a sessão legislativa do dia. Desde então, vereadores e ocupantes tentaram viabilizar um acordo para a saída do grupo, o que não foi possível, obrigando a Procuradoria-Geral da Casa a ingressar com pedido de reintegração de posse o que foi acatado pela Justiça. A pauta de reivindicação, que começou com seis itens, chegou a ter 34, a maioria delas impossíveis de serem resolvidas pela Câmara.

Cerca de 60 homens do 12º Batalhão de



Oficial de Justiça notifica os jovens com a ordem judicial para desocuparem imediatamente a Câmara



Manifestantes ocuparam o plenário e as dependências da Câmara durante 16 dias em agosto

Polícia Militar (Niterói) acompanharam no início da tarde de sábado, dia 24, o cumprimento do mandado de reintegração de posse expedido no dia anterior pela juíza da 6ª Vara Cível da cidade, Isabelle da Silva Scisínio Dias. A saída dos manifestantes ocorreu de forma pacífica e demorou cerca de dez minutos, sendo acompanhada pelo comandante do batalhão, coronel Gilson Chagas, e pelo oficial de justiça, João Pascoto.

No seu despacho, a juíza entendeu que aquilo que se apresentava não eram “cidadãos que ingressam nas galerias do plenário no horário reservado ao acesso público para defender a sua ideologia e reivindicar seus anseios políticos e sociais; mas ocupação desordenada, prejudicando o desenvolvimento das atividades parlamentares e, ainda, promovendo a depredação do imóvel e de bens móveis, de inegável valor artístico e histórico do Poder Legislativo municipal”.

Cinema de volta com ‘Operação Condor’

O Projeto Espaço Cinema volta a ser apresentado na Câmara de Vereadores. Dia 25 de setembro, o filme em cartaz será “Condor”, do diretor Roberto Mader. O documentário narra as diferentes versões sobre a chamada “Operação Condor”, conexão entre as ditaduras do cone sul nos anos 70, e apresenta depoimentos emocionantes de algumas vítimas e personagens desse pe-

ríodo marcante da história da América Latina. O filme foi vencedor dos prêmios de Melhor Documentário no Festival do Rio e Prêmio Especial do Júri de Gramado, em 2007. A duração é de 1h45min.

O Espaço Cinema foi criado há um ano para tornar o Legislativo da cidade também um polo irradiador de cultura. Uma vez por

mês, sempre às quartas-feiras, às 18 horas, um novo filme é exibido ao público. Preferencialmente são temas voltados à política, à história, ao cotidiano do povo brasileiro. Meia hora antes do início, às 17h30m, 49 senhas são distribuídas no hall de entrada. Os filmes são exibidos no Auditório Cláudio Moacyr, que fica no segundo andar do prédio da Câmara.



NO PLENÁRIO



Andrigo (PTdoB)

Jorge Andrigo Dias de Carvalho, presidente da Comissão Permanente de Esporte, Lazer e Turismo; vice na Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade; e indicado como membro nas comissões permanentes de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas; e Habitação e Regularização Fundiária, apresentou no primeiro semestre deste ano um total de 151 indicações legislativas, um projeto de lei e um projeto de resolução.

A maioria das indicações propostas pelo vereador, que cumpre seu primeiro mandato no Poder Legislativo niteroiense, pede melhorias para o bairro de Jurujuba.

Outros pedidos mais frequentes dizem respeito aos bairros de Charitas, Preventório e São Francisco. Suas maiores solicitações foram as relativas a recapeamento asfáltico, poda de árvores, retirada de entulho, drenagem de águas pluviais, capina, troca de lâmpadas queimadas, ordenamento do trânsito, pequenos reparos, pintura de faixas de pedestre, conserto de sinais queimados e demais melhorias nas comunidades mais carentes da região.

2613-5126

Gabinete 47



Bagueira (PPS)

Paulo Roberto de Mattos Bagueira Leal, na qualidade de presidente da Câmara e por ocasião do aniversário de 194 anos do Legislativo niteroiense, comemorado em 12 de agosto, encaminhou os pedidos e aprovou em plenário 18 moções de aplauso e congratulações para ex-vereadores que participaram da elaboração da Lei Orgânica Municipal.

Os agraciados são os ex-vereadores Adyr Motta Filho, Antônio Carlos Abreu, Carlos Alberto Pinto Magaldi, Edgar Foly, Enoc Joaquim de Oliveira, Fernando Nery de Sá, Francisco Carlos Mendonça, Luiz Fernando Guida, Marcos Antônio Vasconcelos Gomes (atual presidente do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer), Milton Braga, Pedro César Genn, Fernando de Oliveira Rodrigues, Satiê Mizubuti, Valmir Garcia da Silva e Wolney Trindade (hoje secretário municipal de Habitação de Itaboraí).

Os atuais legisladores José Vicente Filho, Luiz Carlos Gallo e Tânia Rodrigues, que estavam na Casa naquele período, também foram lembrados. A Lei Orgânica de Niterói foi promulgada em 4 de abril de 1990 e está completando, este ano, 23 anos de promulgação.

2613-6765

Gabinete 82



Beto da Pipa (PMDB)

Roberto Fernandes Jales, o Beto da Pipa, presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, Obras, Serviços Públicos, Transportes e Trânsito da Câmara de Vereadores, apresentou requerimento à Secretaria da Mesa Diretora para que seja enviado ofício ao prefeito Rodrigo Neves, pedindo informações sobre a Companhia de Limpeza de Niterói (Clin).

Protocolado com o número 144/2013, solicita ao Executivo os valores dos salários pagos a toda a diretoria da companhia, bem como os comprovantes de escolaridade de cada diretor da empresa. Diz o vereador que pretende que seja comprovada “a compatibilidade do nível de escolaridade do funcionário com o cargo que ocupa”.

O vereador é o primeiro suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transportes, criada para analisar a situação, o serviço prestado e o cálculo utilizado pelas empresas de ônibus para definir o reajuste das tarifas. Beto da Pipa também acompanha de perto a questão dos feirantes e barraqueiros do Largo da Batalha que são contrários a Operação Calçada Livre implementada pela Secretaria Municipal de Ordem Pública.

2620-3179

Gabinete 20



Bruno Lessa (PSDB)

Bruno Bastos Lessa aguarda o trâmite pela Comissão Permanente de Saúde e Bem-Estar Social do projeto que estabelece a obrigatoriedade do uso do giz anti-alérgico nas escolas da rede pública municipal. Em seu parágrafo único assegura que as escolas mencionadas substituirão o giz de gesso pelo antialérgico.

Se aprovado o projeto, as escolas terão o prazo de 180 dias para se adequarem ao disposto na Lei, após a promulgação.

“Este projeto de lei visa determinar que as escolas da rede pública municipal de ensino adotem o uso do giz antialérgico. O giz convencional é causador de muitos processos alérgicos, especialmente rinites e dermatites, o que se constitui em causas frequentes de professores e alunos. O giz antialérgico, no cálculo utilitário de custo benefício, leva enormes vantagens sobre o giz convencional, tanto no aspecto econômico como no da saúde dos professores e alunos. É mais macio e rende mais, não espalha pó, não suja as mãos e não quebra com facilidade, além de ser plastificado, não é tóxico”, diz Lessa. Ele preside a Comissão de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas.

2620-1321
Gabinete 23



Cal (PP)

Milton Carlos da Silva Lopes, o Cal, apresentou no primeiro semestre do ano seis indicações legislativas e um projeto de lei. Entre suas indicações está a que pede à Prefeitura de Niterói para determinar que a Emusa, Empresa Municipal de Urbanização e Saneamento, execute obras de pavimentação na Rua Porto Rico (antiga Rua 25), no Loteamento Soter, em Itaipu.

Outra indicação do legislador pede ao órgão competente que faça instalação de um braço com lâmpada em um poste localizado à Rua Mário de Abreu, em frente ao número 18-A, no bairro da Ilha da Conceição.

Já o projeto 54/2013 pede a regulamentação da profissão de técnico em segurança do trabalho, que é regulamentada pela Lei de 7.410/85, com atribuições definidas pela portaria ministerial de 3.275/89.

“A categoria é organizada há aproximadamente 37 anos, e sua atribuição é fiscalizar e orientar o trabalhador em seu local de trabalho, controlando os riscos de acidentes e a saúde dele, tanto física quanto mental e até mesmo a psicológica, notadamente quando o trabalho é realizado manualmente”, diz o vereador.

2622-2911
Gabinete 41



Emanuel Rocha (PDT)

Emanuel Jorge Mendes da Rocha é autor do projeto de lei 24/2013 para que as instituições responsáveis pela organização ou realização de vestibulares, seleções, concursos e demais eventos similares no município que reúnam, no mesmo local, no mínimo mil pessoas, mantenham no lugar e nos dias de realização do evento, às suas expensas, equipe médica e ambulância para atendimento de eventuais ocorrências médicas.

Os profissionais da equipe médica de que trata o projeto deverão estar habilitados e inscritos nos órgãos profissionais competentes.

A justificativa é a de “preservar a segurança, a boa saúde e o bem-estar dos frequentadores dos eventos com a oferta de suporte médico adequado e célere no caso de infortúnios”.

Diz o projeto “que os veículos utilizados na atividade, além de dispor de sinais identificadores, deverão contar com equipamentos médicos necessários para a manutenção da vida e atender as condições mínimas destinadas ao transporte inter-hospitalar e ao atendimento pré-hospitalar”, propõe Emanuel Rocha.

2620-7313
Gabinete 80



NO PLENÁRIO



Gallo (PDT)

Luiz Carlos Gallo de Freitas encaminhou o projeto de lei 122/2013 para que fiquem equiparados, para efeito de utilização de pistas seletivas, quaisquer veículos de transporte coletivo de passageiros que tenham concessão do município de Niterói (ônibus, táxi e escolares em serviço), viaturas do Corpo de Bombeiros, polícias Civil e Militar, Guarda Municipal e ambulâncias de resgate.

As multas por invasão de pista seletiva por quaisquer destes veículos que, por ventura, sejam anotadas por agentes de trânsito ou radares eletrônicos, não terão validade e não podem ser lançadas em cadastro de infratores. A Prefeitura terá que promover campanhas de orientação aos motoristas quanto ao uso das seletivas, afixando placas indicando a exclusividade de tráfego.

“Não é justo que apenas ônibus possam utilizar os corredores expressos, uma vez que táxis e vans escolares também operam no transporte coletivo de passageiros. Inúmeras vezes, os táxis são utilizados para transportar doentes para nossos hospitais, não fazendo sentido que sejam impedidos de usar a seletiva”, afirma o vereador.

2620-4729

Gabinete 21



Henrique Vieira (PSOL)

Henrique dos Santos Vieira Lima apresentou e aguarda o trâmite pelas comissões do projeto de lei 121/2013, autorizando o município a transformar em composto orgânico o material resultante da poda de árvores, da coleta de folhas em praças, parques e vias públicas e do lixo orgânico proveniente de feiras livres, em coletas efetuadas ou recolhidas pela Prefeitura através do seu órgão competente.

Esse material deverá ser triturado em uma instalação centralizada, dotada de equipamento capaz de promover a transformação do material orgânico colhido em composto orgânico e realizar a sua distribuição.

Prevê o vereador que o composto orgânico resultante desse processo seja utilizado, exclusivamente, em hortas comunitárias, escolares, praças, parques e projetos de paisagismo e ajardinamento promovidos pelo poder público municipal.

“Como presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, em conjunto com a bancada do PSOL, busco através deste projeto de lei contribuir com uma metodologia de poda de árvores ecologicamente sustentável”, explica Vieira.

2620-0842

Gabinete 69



Jayme Suzuki (PSC)

Jayme Bittencourt Suzuki apresentou no primeiro semestre do ano nove indicações legislativas, três moções de aplauso, dois projetos de lei e um requerimento. O requerimento propõe debater os serviços prestados pela Ampla, concessionária de energia elétrica que, segundo o vereador, tem deixado os consumidores insatisfeitos com a prestação do serviço.

Um dos projetos institui a Semana Municipal de Conscientização, Combate e Prevenção à Pedofilia, protocolado com o número 15/2013, e outro institui nas escolas municipais o “Projeto Turismo nas Escolas, resgate da História de Niterói”.

Por sua vez as três moções de congratulação e aplausos foram encaminhadas ao jornal “O Fluminense” pelos seus 135 anos de fundação; ao Dia das Mães pelo que a data representa; e para Sissa Schult, “não só por ser uma das mais representativas poetisas de Niterói, por sua criação e originalidade, seus projetos, mas também pelo seu espírito coletivo, determinação e luta em defesa da cultura de Niterói, dos seus valores, dos escritores da cidade e literatura fluminense”, explica Suzuki.

2622-9742

Gabinete 89



José Vicente Filho (PPS)

José Vicente Filho, de janeiro a julho de 2013, deu entrada na Secretaria da Mesa Diretora da Câmara em 127 indicações legislativas e uma moção de congratulação e aplausos. Suas indicações à Prefeitura de Niterói solicitando melhorias e construções são, em sua maioria, dirigidas aos bairros da Engenhooca e Tenente Jardim, na Zona Norte.

Suas propostas referem-se à poda de árvores, limpeza de galerias pluviais, reaparelhamento asfáltico, abastecimento de água, instalação de iluminação pública, obras de melhorias diversas, construção de escolas e colocação de sinais de trânsito. A instalação de aparelhos de ginástica em praças públicas, implantação de Programa Médico de Família e colocação de bomba d'água também são solicitadas.

José Vicente Filho preside a Comissão de Administração, Estatística e Servidores Públicos; é vice-presidente da Comissão de Saúde e Bem-Estar Social; e membro da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte. Vereador com maior número de mandatos, ele também está integrando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o transporte público em Niterói.

2613-6718
Gabinete 85



Leonardo Giordano (PT)

Leonardo Soares Giordano teve sancionada em 4 de julho último a Lei 3.039, que proíbe a poda danosa ou drástica em árvores no âmbito do município de Niterói. Originária do projeto 56/2013, considera poda danosa ou drástica o corte de apenas um lado da copa, causando desequilíbrio físico do vegetal; a que retire acima de 70% da copa original, exceto quando da autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; que seccione seus galhos deixando-se aberturas ou feridas sem o devido tratamento fito sanitário; e aquela executada em árvores com floração ou frutificação.

“Árvores na zona urbana e poda têm uma relação tão arraigada na mente das pessoas, que muitas vezes se cometem grandes erros sob a ilusão de estar realizando a prática mais acertada. A poda de árvores é uma agressão a um organismo vivo — a árvore — que possui estrutura e funções bem definidas e alguns mecanismos e processos de defesa contra seus inimigos naturais”, afirma o vereador, acrescentando que “contra a poda e suas consequências danosas não existe defesa, a não ser a tentativa de recompor a estrutura original, definida geneticamente”, afirma Giordano.

2620-6754
Gabinete 36



Pastor Ronaldo (PTN)

Ronaldo Oliveira da Silva, o Pastor Ronaldo, apresentou o projeto de lei 61/2013 instituindo a Semana de Valorização da Família na Rede Municipal de Ensino. Segundo o vereador, o objetivo é reafirmar a “fundamental importância da família na construção de uma sociedade organizada e sadia, ressaltando o dever das instituições em zelar por ela e promover o seu fortalecimento”.

Para execução do projeto será inserida no calendário escolar ao menos uma hora diária durante uma semana, a realizar-se no início do mês de outubro, na Rede de Ensino com o objetivo de atingir aos propósitos de promover palestras para alunos, pais de alunos e a comunidade em geral sobre o tema família, preferencialmente na abertura da semana; promover concurso de redação referente ao tema família e a sua importância; confeccionar murais alusivos à importância da família; e peças teatrais que abordem o tema família e a importância do diálogo e da boa convivência na relação familiar.

“Queremos fortalecer e solidificar a importantíssima instituição da família, célula mater da sociedade”, destacou o Pastor Ronaldo.

2613-6814
Gabinete 50



NO PLENÁRIO



Paulo Eduardo (PSOL)

Paulo Eduardo Gomes encaminhou às comissões o projeto 138/2013 sobre a divulgação de todos os dados de cadastro do imóvel, utilizados para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), junto ao carnê de pagamento enviado ao proprietário do imóvel.

Os carnês de IPTU deverão conter, além de todos os dados da ficha de cadastro do imóvel que são utilizados para efeito de cálculo do imposto, o endereço, telefone e endereço eletrônico, bem como outras informações pertinentes sobre o órgão para o qual os contribuintes poderão recorrer e de como estes deverão proceder para requerer à Prefeitura a correção dos dados que considerar inexatos da ficha de cadastro do imóvel, assim como deverá proceder para obter a devolução dos valores pagos indevidamente, caso seja verificado erro no cadastro.

“Nesse sentido, trata-se de garantias efetivas para o acesso à informação do cidadão sobre os dados de sua propriedade que são utilizados para o cálculo do valor do IPTU, permitindo que estes possam verificar qualquer erro de cadastro que resulte em uma cobrança indevida”, justificou Paulo Eduardo.

2622-9760

Gabinete 72



Paulo Henrique (PPS)

Paulo Henrique da Silva Oliveira apresentou 135 indicações legislativas, três moções de congratulação e aplauso e dois projetos de lei no período de janeiro a julho deste ano. Os dois projetos de lei apresentados pelo vereador versam sobre as áreas de esporte e lazer. Um deles, de número 53/2013, solicita ao Poder Executivo Municipal a instalação de balanços e brinquedos em praças públicas para atender às crianças deficientes físicas. O de número 129/2013, institui em Niterói o Programa Vacinação Domiciliar de Idosos.

Já as moções foram para o padre Ricardo Fonseca Dias, pároco de Rio do Ouro; às Faculdades Integradas Maria Thereza; à professora Marlene Salgado de Oliveira, da Universidade Salgado de Oliveira; e para a Coordenadoria de Defesa do Consumidor de Niterói (Codecon) da Câmara de Niterói, parabenizando o órgão pelos 25 anos de atuação em Niterói.

O vereador é presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Formação Profissional; membro da Comissão de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas; e de Habitação e Regularização Fundiária.

2620-3732

Gabinete 87



Priscila Nocetti (PSD)

Priscila Souza Nocetti Costa é autora de proposta de lei para instituir o Programa Transporte Cidadão, destinado a assegurar aos munícipes, usuários do serviço convencional de transporte coletivo municipal, a concessão de subsídios para a cobertura da diferença entre o valor da tarifa fixada e o valor de R\$ 1, que será cobrado pelo transporte feito por qualquer linha de ônibus no território municipal.

Protocolado com o número 155/2013, assegura para a operacionalização do Programa que todos os veículos da empresa concessionária dos serviços de transporte coletivo deverão estar equipados com sistemas de Bilhetagem Eletrônica e de Posicionamento Global (GPS), que propiciará o monitoramento da frota.

“Este projeto visa garantir maior acessibilidade ao transporte público por parte de todos os cidadãos de Niterói, principalmente aos de baixa renda. É visto como investimento social, num grande projeto de transferência de renda. Os valores que o usuário economizar com a passagem serão revertidos para o comércio e para diversos setores da economia do nosso Município”, justifica Priscila.

2613-0196

Gabinete 34



Renatinho (PSOL)

Geivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho, aguarda trâmite de seu projeto de resolução 01/2013, que altera o Regimento Interno da Câmara para que as sessões ordinárias sejam compostas de expediente, tribuna livre e ordem do dia.

Para efeito desta lei, se aprovada, entende-se como tribuna livre, o direito das entidades representativas da sociedade civil usarem da palavra no espaço do plenário entre o expediente e a ordem do dia em todas as sessões da Casa.

As inscrições para a Tribuna Livre ficarão a cargo do secretário que, após o expediente, fará a chamada dos representantes das entidades inscritas, sendo permitido por sessão até quatro oradores de entidades sejam inscritos para um período de cinco minutos por fala e, em seguida, os oradores deixarão o plenário, iniciando-se a leitura da ordem do dia.

“A luta pela ampliação dos direitos democráticos e da participação política é uma das questões fundamentais no mundo contemporâneo. As mobilizações em todo mundo têm repercutido de forma a aumentar o caráter popular das representações políticas”, diz o vereador Renatinho.

2620-5074
Gabinete 68



Renato Cariello (PDT)

Renato Ferreira de Oliveira Cariello encaminhou o requerimento 201/2013 pedindo informações sobre o contrato firmado entre a Prefeitura de Niterói e a empresa responsável pela instalação e manutenção das câmeras de monitoramento de Niterói, bem como cópia desse documento e termos aditivos.

Segundo o vereador, que preside a Comissão Permanente de Segurança e Controle Urbano da Câmara, a proposição tem por objetivo verificar e analisar os termos em que esse contrato foi celebrado, bem como obter informações das instalações da Central de Monitoramento.

Pede informações também sobre as condições gerais dos equipamentos, quantidade de câmeras instaladas que estão em funcionamento e em que ruas da cidade estariam operando, a fim de que o Poder Legislativo possa acompanhar a execução e o cumprimento deste serviço “fundamental para Cidade”, no entendimento do vereador.

O requerimento é endereçado ao prefeito Rodrigo Neves (PT). Cariello também é vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

2620-7935
Gabinete 67



Rodrigo Farah (PMDB)

Rodrigo Flach Farah apresentou 53 indicações legislativas solicitando obras e melhorias em diversas regiões da cidade. As proposições, protocoladas, lidas em plenário, aprovadas e encaminhadas ao Poder Executivo entre janeiro e julho de 2013, são parte do trabalho parlamentar do vereador.

No mesmo período também foram apresentados dois projetos de lei, um projeto de resolução, uma moção de congratulação e aplausos e um requerimento de informação.

O projeto de resolução, de número 41/2013, concede o Título de Cidadã Niteroiense à Márcia Rosa de Araújo. Formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é especialista em cirurgia plástica e membro titular da Academia de Medicina do Rio de Janeiro e da Sociedade Brasileira de Cirurgia.

“A doutora Márcia tem sido uma intransigente defensora das causas dos médicos, atuando sempre em prol dos interesses da categoria. É alguém que acredita na verdade, nos médicos e na medicina, que chama atenção pelo modo decidido e firme como conduz o Conselho e as lutas da categoria”, assegura Farah.

2613-6832
Gabinete 42



NO PLENÁRIO



Tânia Rodrigues (PDT)

Tânia Regina Pereira Rodrigues, no primeiro semestre legislativo do ano, entre janeiro e o fim de julho, apresentou três projetos de lei e três moções de congratulação e aplauso direcionadas à personalidades da cidade. A vereadora também fez 18 indicações legislativas.

Um dos projetos determina que os playgrounds instalados em jardins, parques, clubes, áreas de lazer e áreas abertas ao público em geral, ainda que localizados em propriedade privada de uso público, deverão conter brinquedos adaptados para crianças com deficiência. Outro torna obrigatório que os apartamentos térreos dos conjuntos habitacionais populares, a serem construídos e adaptados, atendam unicamente a idosos e pessoas com deficiências inscritos como beneficiários nos programas habitacionais.

“Ao longo dos últimos anos, o poder público e as pessoas com deficiência vêm construindo ferramentas para o enfrentamento de inúmeras dificuldades a fim de que se garanta o direito à acessibilidade e à inclusão social. Algumas conquistas importantes estão à disposição das pessoas com deficiência, idosos e seus familiares”, revela Tânia.

2613-6782
Gabinete 51



Verônica Lima (PT)

Verônica dos Santos Lima encaminhou às comissões o projeto de lei 170/2013 para que as concessionárias, empresas estatais e prestadores de serviço que operam com cabeamento em Niterói, sejam obrigados a tornar subterrânea a fiação existente e as futuras a serem instaladas dentro do perímetro urbano.

A rede subterrânea deverá ter início na área central, sendo posteriormente desenvolvida em todas as áreas urbanas. As despesas serão custeadas pelas empresas concessionárias, ficando vedada qualquer cobrança aos usuários. O prazo para recolocação de todos os cabos será de dez anos. Os novos projetos de instalação que vierem a ser executados já deverão ser por via subterrânea.

Prevê, ainda, o projeto que, nos locais onde forem removidos os postes atuais, serão plantadas árvores, na forma e condições a serem regulamentadas pelo Executivo. “Quando se pensa em segurança, estética e durabilidade da rede elétrica esta é a opção mais indicada, um sistema de última geração, em que os fios permanecem enterrados, evitando a colocação de postes e à exposição ao sol e às chuvas”, justifica a vereadora.

2613-0505
Gabinete 10



Vitor Júnior (PT)

José Vitor Vieira Bissonho Júnior apresentou três requerimentos de informação de janeiro e 31 de julho deste ano. Entre as propostas do vereador durante o primeiro semestre também estão 54 indicações legislativas, dois projetos de lei e dois de decreto legislativo.

Com relação aos requerimentos apresentados, há o que requer audiência pública para discutir os impactos ambientais no entorno da Lagoa de Piratininga, com amparo na legislação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Com outro documento, o vereador propõe a realização de audiência para o debate em torno da criação de grupo de trabalho e identificação dos cursos de qualificação profissional em função da futura implantação da Escola Técnica Federal. Deverão participar representantes da Ademi, Setrerj, Sinaval e demais sindicatos.

Já o terceiro requerimento diz respeito aos artesãos do Campo de São Bento. “É importante que haja um projeto de incentivo e ordenamento daquela feira, para que eles possam se sentir prestigiados e estimulados a desenvolver suas criações, a partir do momento que tenham o apoio que buscam e precisam”, diz Vitor Junior.

2621-0505
Gabinete 11

CPI apura como se faz planilha dos ônibus



Bruno Lessa preside a CPI, com Henrique Vieira, Verônica Lima, Luiz Carlos Gallo e Marcello Traça (Setrerj)

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transportes Públicos, conhecida como CPI dos Ônibus, continua apurando como funciona o mecanismo utilizado nas planilhas para definir os reajustes no preço das passagens, corrigir possíveis falhas e propor sugestões à mobilidade urbana da cidade. Até o fechamento desta edição três reuniões já haviam sido realizadas. O presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro (Setrerj), Marcelo Traça, foi o primeiro a prestar esclarecimentos em plenário. Os ex-presidentes da Empresa Municipal de Urbanização e Saneamento (Emusa), José Roberto Mocarzel e Filinto Branco; e os ex-presidentes da Niterói Trânsito e Transportes (Nit-Trans), Sérgio Marcolini e Elisabeth Grieco, serão os próximos depoentes.

Marcello Traça disse aos vereadores que o Setrerj congrega 30 empresas e controla quatro mil ônibus, empregando 22 mil rodoviários nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Tanguá. Questionado sobre o valor único das tarifas, disse que “o Setrerj não participa da elaboração das planilhas, que são feitas por técnicos da Prefeitura. São levados em conta os insumos gastos para colocar o sistema em funcionamento e o reajuste tem como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) definido pelo Governo Federal”.

Traça também foi questionado sobre a dupla jornada de trabalho e dupla função dos motoristas, sobre os acordos coletivos e a questão da mobilidade urbana.

De acordo com os integrantes da CPI, todos já enviaram respostas aos questionamentos feitos pelos vereadores. Os formulários considerados incompletos foram reenviados. Durante a terceira reunião do grupo ficou acordado por unanimidade que os gestores dos consórcios Transoceânico e Transnit serão chamados para esclarecimentos. A CPI dos Ônibus faz suas reuniões públicas sempre às segundas-feiras, às 15h30m, no Plenário Brígido Tinoco. Presidida pelo autor da proposta de CPI, Bruno Lessa (PSDB), é composta proporcionalmente de acordo com as bancadas que formam a Câmara. O relator é Luiz Carlos Gallo (PDT), e os demais membros são Henrique Vieira (PSOL), Verônica Lima (PT) e José Vicente (PPS). Como membros suplentes estão Beto da Pipa (PMDB) e Priscila Nocetti (PSD).

Tarifa fracionada é defendida por vereador

Voltar a cobrar o preço das passagens pela distância percorrida, como se fazia no passado, está sendo indicado ao Executivo pelo vereador Emanuel Rocha. Após os protestos de junho, que levaram milhões de pessoas às ruas em todo o Brasil, conseguindo revogar aumentos já concedidos, a luta pela redução das tarifas continua em pauta. “Acredito que escalar o preço da passagem pelo percurso percorrido seja uma medida mais justa. Os passageiros que utilizam a linha 21 (Fonseca-Centro), por exemplo, não poderiam pagar o mesmo preço de quem viaja no 49, que faz o percurso Fonseca, Centro e Icaraí. É uma diferença muito grande de deslocamento”, diz o vereador.

Pela indicação do vereador os itinerários de longas distâncias cobrariam o valor total e os mais curtos de forma proporcional. “As empresas devem respeitar o teto máximo de R\$ 2,75, mas não estão proibidas de cobrar menos. Vale lembrar que houve isenção da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), cobrada sobre a receita bruta das empresas de ônibus, com objetivo de diminuir os impactos da revogação dos reajustes em junho”, explica Emanuel. A indicação sugere

LINHA	ITINERÁRIO	DISTÂNCIA (KM)
03	Centro-Bairro de Fátima	2,9
15	Centro-Ilha da Conceição	4,0
53	Centro-Santa Rosa	5,0
21	Centro-Fonseca	5,1
23	Centro-Teixeira de Freitas	6,7
49	Centro-Icaraí-Fonseca	16,0
38	Centro-Itaipu	16,1
46	Centro-Várzea das Moças	23,7

rindo a tarifa fracionada foi protocolada com o número 1.964/2013 e encaminhada ao prefeito Rodrigo Neves para análise.

O Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro (Setrerj) disse, durante audiência na Câmara, que o preço único foi a fórmula encontrada para equilibrar o valor, evitando que as distâncias mais longas tenham preços muito mais elevados. O Setrerj também lembra que Niterói já conta com o Bilhete Único, o que permite que o usuário faça duas viagens pagando valor abaixo da soma das tarifas. Por fim, o Setrerj destaca que os ônibus com ar condicionado cobram o mesmo que os sem ar condicionado.



Câmara pleiteia à Alerj a posse definitiva de sua sede

Depois de passar por outros endereços ao longo de sua história de 194 anos, a Câmara Municipal de Niterói iniciou gestões junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) para receber, em definitivo, a posse do palácio que ocupa na Avenida Amaral Peixoto, em frente à Praça da República, desde 1975, que pertence ao Legislativo Estadual.

O Legislativo municipal foi transferido para o prédio em que está hoje, onde antes funcionou a Alerj do antigo Estado do Rio. Após 33 anos ocupando o prédio, pode ser que a cidade receba, em definitivo, a posse desse espaço que tudo tem a ver com a história política do Estado e do País. Neste sentido, o presidente da Câmara de Vereadores, Paulo Bagueira, já iniciou conversações com o presidente da Alerj, deputado Paulo Melo, com mediação em apoio do prefeito Rodrigo Neves, pleiteando a posse do imóvel para o Legislativo Municipal.

Em 11 de agosto de 1819, há 194 anos, José Clemente Pereira foi nomeado pelo rei Dom João VI como primeiro presidente da Câmara Municipal da Vila Real da Praia Grande, também acumulando a função de primeiro juiz de fora. Os três primeiros vereadores, escolhidos diretamente pelo monarca foram Pedro Henrique da Cunha, João Moura Brito e Quintiliano Ribeiro de Magalhães; sendo procurador-geral o major Francisco Faria Homem. Quase 200 anos depois o número de vereadores chega a 21, sendo escolhidos livremente pelo voto da população e seu presidente também eleito por vontade da maioria dos legisladores.

A história da Câmara de Vereadores de Niterói começou, de fato, três meses antes, com a assinatura do alvará régio que elevou o então Povoador de São Domingos da Praia Grande e suas freguesias vizinhas à condição de Vila Real. No mesmo ato, Dom João determinou que a Câmara tivesse um juiz de fora, três vereadores e um procurador. Nesse período o presidente do Legislativo também respondia pelo Executivo.



Até chegar à sua sede atual (primeira foto no sentido horário), a Câmara passou pela casa de Dona Elena, ao lado da Igreja de N.S. da Conceição, pelo Palacete São Domingos e duas vezes pela Casa de Câmara e Cadeia

Da casa de Dona Elena Casimiro (o Palacete de Dom João VI) para o local onde hoje funciona o Hospital Santa Cruz; e para a Casa de Câmara e Cadeia, no Jardim São João, o Poder Legislativo seguiu fazendo história. No início do século XX grandes obras de revitalização e reformulação urbana fizeram que a Casa de Câmara e Cadeia fosse demolida. Teve início, então, a construção do Paço Municipal pelo prefeito Feliciano Sodré.

O Paço era caracterizado por sua arquitetura eclética projetada pelo engenheiro militar Vilanova Machado. No local funcionavam tanto a Câmara de Vereadores quanto a sede da Prefeitura. Somente em 1910, com a construção do Palácio Araribóia, é que o Executivo ganharia sua sede própria.

Desde as primeiras reuniões plenárias na casa de Elena Casimiro até hoje o caminho foi longo. Em 1975, o governo militar resolveu fazer a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Niterói perdeu a condição de capital de estado e diversas instituições e órgãos públicos foram transferidos para a nova capital, do outro lado da baía de Guanabara.